

12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

O SPAM SOB A ÓTICA JURÍDICA: A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E A FRAGILIDADE DO USUÁRIO DE E-MAIL

Bruna Maria de Sousa Oliveira

Márcio Martins Marano, Bruna Maria de Sousa Oliveira

Email para contato: bru-maria@hotmail.com

Palavras chave: Direito do espaço virtual, Internet, spam, privacidade, segurança.

A Internet tornou-se uma ferramenta essencial para as pessoas de qualquer profissão, faixa etária e/ou nível social. A cada dia, ela toma mais espaço, substituindo operações feitas em terminais bancários, facilitando a compra e venda dos mais variados produtos e tornando a comunicação mais rápida e barata, sem sair de casa. Apesar de ser um ambiente que proporciona muitos benefícios, a rede de computadores também é um ambiente propício para cometer fraudes que, devido à sua ampla conexão com dispositivos presentes em todo o mundo, torna a punição ineficaz, tendo em vista a ausência de legislação específica e o problema em identificar o infrator, bem como certificar-se de que o ato tenha sido cometido no país.

Baseado em tais parâmetros, o presente estudo aborda um tema inovador e polêmico, mas cada dia mais relevante e necessário para toda a sociedade: o aspecto lesivo presente nos spams, ou mensagens eletrônicas não solicitadas, que invadem diariamente as caixas de entrada de e-mails dos usuários, algumas com caráter comercial, outras com o intuito de lesar o usuário e interceptar informações de cunho pessoal armazenadas no computador, prejudicando muitas pessoas.

O volume de mensagens não solicitadas chegou a mais de trinta e quatro milhões somente em agosto desse ano, segundo dados do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.Br). Outros estudos, realizados pelo Centro Gestor Internet no Brasil (CGI.Br), apontam que, em 2009, 78% dos entrevistados que possuem conta de e-mail e participaram da pesquisa recebem de um a dez spams diariamente. E, ainda com base no relatório, os maiores problemas declarados são o gasto excessivo de tempo para identificar e excluir tais mensagens, seguido do transtorno gerado por elas, devido ao seu conteúdo impróprio (pornográfico, ofensivo etc.).

Diante de tais apontamentos, estão sendo estudadas soluções que não objetivem o fim da propaganda comercial, mas o fim de disseminação de mensagens indesejadas e, inclusive, a proteção aos usuários do world wide web diante dos riscos presentes nesses e-mails, aparentemente inofensivos. Para tanto, adentra-se em uma discussão que aborda a diferença dos e-mails comerciais para os e-mails abusivos, a diferença do sistema opt-in e opt-out, a ineficiência de Projetos de Lei apresentados à Câmara dos Deputados, bem como algumas alternativas que podem contribuir para solucionar o problema em pauta, tendo como auxílio experiências internacionais que obtiveram êxito e estudos de renomados juristas.